

PARECER 20220117 – GTR

Dispõe sobre o requerimento para avaliação da capacidade econômico-financeira enviado pela CORSAN atendendo ao disposto no Decreto Federal nº 10.710/2021.

1 AVALIAÇÃO PRELIMINAR

Objetiva-se por meio deste Parecer promover a manifestação do Grupo Técnico de Regulação – GTR da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul – AGESAN-RS acerca dos documentos enviados que compunham do requerimento da avaliação da capacidade econômico-financeira da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, atendendo o Art. 11 do Decreto Federal nº 10.710/2021. Estes procedimentos estão previstos na Instrução Normativa DG nº 001/2022 da AGESAN-RS.

Da mesma forma, serão avaliados os documentos enviados pela CORSAN para verificar o atendimento das condições que definem a empresa com capacidade econômico-financeira presumida, conforme previsto no Art. 22 do Decreto Federal nº 10.710/2021.

Este Parecer baseia-se na Lei Federal nº 11.445/07, no Decreto Federal nº 10.710/2021, no Protocolo de Intenções da AGESAN-RS e nos contratos de programa da CORSAN. O GTR irá compor suas atividades no Processo Administrativo nº 038/2022 da AGESAN-RS. São anexos deste parecer:

- Anexo I – Relação dos Contratos de Programas, Termos Aditivos e Minutas de Termos Aditivos enviados às AGESAN-RS;
- Anexo II – Relação das Demonstrações Contábeis Consolidadas enviadas à AGESAN-RS;
- Anexo III – Informações apresentadas sobre o cálculo dos indicadores econômico-financeiros;
- Anexo IV – Fluxos de caixas enviados à AGESAN-RS;
- Anexo V - Demonstrações financeiras consolidadas projetadas enviadas à AGESAN-RS.

2 EXIGÊNCIAS DE DOCUMENTAÇÃO DO DECRETO FEDERAL Nº 10.710/2021

O Decreto Federal nº 10.710/2021 faz duas exigências de documentos que devem ser enviadas pelo prestador de serviço. A primeira estabelecida no Art. 11, que define os documentos a serem entregues junto ao requerimento da avaliação da capacidade econômico-financeira. A segunda estabelecida no Art. 22, que define o envio

dos documentos para comprovar as condições de reconhecimento da capacidade econômico-financeira presumida do prestador de serviço. Assim, dividiremos em dois subcapítulos para verificação dos documentos enviados.

2.1. DOCUMENTO ENVIADO JUNTO AO REQUERIMENTO DA CORSAN

A CORSAN, através do Ofício nº 1772/2021 – GP, enviado por correspondência eletrônica, na data de 31 de dezembro de 2021, enviou à Diretoria Geral da AGESAN-RS os documentos que compunham o requerimento da avaliação da capacidade econômico-financeira, estabelecido no Art. 11 do Decreto Federal nº 10.710/2021. Assim citamos este artigo para corroborar com os entendimentos.

“Art. 11. O prestador deverá apresentar o requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira acompanhado dos seguintes documentos:

I – cópia dos contratos regulares em vigor de prestação de serviços de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário de que seja titular, com a inclusão dos respectivos anexos e termos aditivos;

II – minuta de termo aditivo que pretenda celebrar para incorporar ao contrato as metas de universalização, acompanhada de declaração de anuência do titular do serviço;

III – demonstrações contábeis consolidadas do grupo econômico a que pertence o requerente devidamente auditadas, referentes aos cinco últimos exercícios financeiros já exigíveis;

IV – demonstrativo de cálculo dos indicadores econômico-financeiros de que trata o art. 5º;

V – laudo ou parecer técnico de auditor independente que ateste, sob sua responsabilidade, a adequação do demonstrativo de cálculo dos indicadores econômico-financeiros aos parâmetros e aos índices referenciais mínimos previstos no art. 5º;

VI – estudos de viabilidade de que trata o inciso I do caput do art. 6º;

VII – plano de captação de recursos de que trata o inciso II do caput do art. 6º; e

VIII – laudo ou parecer técnico de certificador independente que ateste, sob sua responsabilidade, a adequação dos estudos de viabilidade e do plano de captação às exigências previstas nos art. 6º a art. 8º e, quando aplicável, no inciso IV do caput e no § 1º do art. 9º.

O GTR, em posse do Ofício nº 1772/2021 e seu anexo (documentos exigidos), verificou o recebimento dos documentos, citado pelo Art. 11 do Decreto Federal nº 10.710/2021, apresentando:

- Referente ao inciso I, foram enviados os Contratos de Programa e seus anexos (parcialmente), incluindo os novos aditivos contratuais firmados. Os arquivos recebidos são somente referente aos municípios regulados pela AGESAN-RS, até a data de 31 de dezembro de 2021. A relação dos contratos de programa e dos termos aditivos estão apresentados no Quadro I do Anexo I;

Handwritten signature and initials in purple ink.

- Referente ao inciso II, foram enviadas as Minutas dos Termos Aditivo que a Corsan pretende celebrar para incorporar ao contrato das metas de universalização. Os arquivos recebidos são somente referente aos municípios regulados pela AGESAN-RS, até a data de 31 de dezembro de 2021. A relação das Minutas dos Termos Aditivos estão apresentadas no Quadro I do Anexo I;

- Referente ao inciso III, foram enviadas as demonstrações contábeis consolidadas com os respectivos referências dos responsáveis pela auditoria. A relação das demonstrações contábeis estão apresentadas no Quadro I do Anexo II;

- Referente ao Inciso IV, foi enviada planilha eletrônica (versão *Microsoft Excel*) do demonstrativo dos cálculos dos indicadores econômico-financeiros (Quadro I do Anexo III). Na tabela eletrônica estão apresentados, também, a demonstração do resultado dos exercícios – DRE (Quadro II do Anexo III) e o balanço patrimonial (Quadro III do Anexo III), ambos necessários para o cálculo dos indicadores. Na planilha eletrônica foram definidas fórmulas para os cálculos da Margem Líquida sem depreciação e amortização, do Retorno sobre Patrimônio Líquido, do Grau de Endividamento e do Índice de Suficiência de Caixa (Quadro IV do Anexo III). Destaca-se que não foram apresentados os DREs individualmente por município.

- Referente ao Inciso V, foi apresentado parecer técnico de auditor independente atestando, sob sua responsabilidade, a adequação do demonstrativo de cálculo dos indicadores econômico-financeiros aos parâmetros e aos índices referenciais mínimos previstos. O parecer foi apresentado pela Empresa AudiLink & Cia. Auditores (CRC/RS 003688/F-0) com a responsabilidade do Contador Roberto Caldas Bianchessi (CRC/RS 040078/O-7 S – RS).

- Referente ao inciso VI, o estudo de viabilidade econômica está presente no estudo Avaliação de Capacidade Econômico-Financeira apresentado pela empresa Alvarez & Marsal, sendo anexo tabelas com os fluxos de caixa. Estas tabelas foram apresentadas somente referente aos municípios regulados pela AGESAN-RS, com exceção de Tramandaí, até a data de 31 de dezembro de 2021. Alguns valores dos custos e despesas do quadro do fluxo de caixa de Canoas não vieram legíveis, conforme apresenta o Quadro XIV do Anexo IV. Os fluxos de caixa estão apresentados no Anexo IV;

- Referente ao inciso VII, para o plano de captação de recursos foram apresentadas no estudo Avaliação de Capacidade Econômico-Financeira apresentado pela empresa Alvarez & Marsal. O estudo apresenta, no seu anexo I, as demonstrações financeiras consolidadas projetadas. Estas são as demonstrações dos resultados dos exercícios – DRE de 2022 à 2062 (Quadro I do Anexo V) e as demonstrações dos fluxos de caixa – DFC de 2022 à 2062 (Quadro II do Anexo V);

- Referente ao inciso VIII, foi apresentado um estudo da Empresa Alvarez & Marsal sobre a avaliação da capacidade econômico-financeira, apresentando suas limitações e responsabilidades ao final.

2.2. DOCUMENTOS DAS CONDIÇÕES PARA ENQUADRAMENTO CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PRESUMIDA

A Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura - SEMA, através do Ofício SEMA nº 020/2022, utilizando correspondência eletrônica, na data de 14 de janeiro de 2022, enviou à Diretoria Geral da AGESAN-RS os documentos para atendimento das condições de capacidade econômico-financeira presumida, definido no Art. 22 do Decreto Federal nº 10.710/2021, referentes ao Processo Administrativos Eletrônico nº 21/0587-0005797-4 da CORSAN. Assim citamos o artigo em questão para corroborar com os entendimentos.

“Art. 22. Caso sejam submetidas a processo de desestatização, empresas públicas ou sociedades de economia mista estaduais e distritais que prestem serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário com base em contrato de programa celebrado nos termos do disposto na Lei nº 11.107, de 2005, terão sua capacidade econômico-financeira presumida, desde que atendidas as seguintes condições:

I - apresentação de requerimento pelo controlador, até 31 de janeiro de 2022, às entidades reguladoras competentes para decidir sobre a capacidade econômico-financeira da empresa pública ou sociedade de economia mista, acompanhado de comprovação da contratação dos estudos e dos atos necessários à desestatização junto à instituição financeira, com mandato para venda em caso de viabilidade econômica do operação;

II - autorização legislativa geral ou específica para a desestatização, até 31 de dezembro de 2022;

III atendimento às metas de universalização pelos contratos de concessão que substituirão os contratos de programa para prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, a serem celebrados em conjunto com a desestatização;

IV - realização do processo de desestatização de modo compatível com as estruturas de prestação regionalizada, nos termos do disposto no inciso VI do caput art. 3º da Lei nº 11.445, de 2007; e

V - conclusão da desestatização até 31 de março de 2024.

§ 1º O disposto neste artigo não impede que as empresas públicas e sociedades de economia mista de que trata o **caput** comprovem sua capacidade econômico-financeira nos termos do disposto neste Decreto.

§ 2º Ressalvada a possibilidade de comprovação de capacidade econômico-financeira nos termos do disposto no § 1º, o desatendimento a quaisquer das condições estabelecidas no **caput** ensejará a perda dos efeitos da presunção relativa e o reconhecimento da ausência de capacidade econômico-financeira da respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o prestador que não tiver observado o prazo para a apresentação do requerimento previsto no art. 10 não terá nova oportunidade para demonstrar sua capacidade econômico-financeira”.

O GTR, em posse do Ofício SEMA nº 020/2022 e do Processo Administrativo Eletrônico nº 21/0587-0005797-4 da CORSAN, verificou o recebimento dos documentos, citado pelo Art. 12 do Decreto Federal nº 10.710/2021, conforme segue:

- Referente ao inciso I, o requerimento com a documentação foi enviada até a data prevista, conforme o exposto no capítulo 2.1. Também foram enviados os documentos para comprovação dos estudos e dos atos necessários à desestatização junto à instituição financeira, que são: minuta de prospecto preliminar da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da CORSAN; Informações sobre a oferta; Estatuto Social da empresa estatal; Ata de reunião do conselho de administração da companhia que aprovou a realização da oferta; Ata da assembleia geral da companhia que aprovou a conversão ao novo mercado e a consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo novo mercado; Minuta da ata da reunião do conselho de administração que aprovará o preço por ação e o aumento do capital social. Contudo, este inciso especifica a comprovação da “contratação” dos estudos e dos atos necessários à desestatização junto à instituição financeira;

- Referente ao inciso II, foi apresentando a Lei Estadual nº 15.708, de 16 de setembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, publicada no DOE nº 188, de 17 de setembro de 2021;

- Referente ao inciso III, foram enviados, anexo aos Termos Aditivos e às Minuta de Termo Aditivo, o cronograma de atendimento as metas de universalização. Os Termos Aditivos e Minuta de Termo Aditivos recebidos são somente referente aos municípios regulados pela AGESAN-RS, até a data de 31 de dezembro de 2021;

- Referente ao inciso IV, foi enviado o Projeto de Lei nº 422/2021 do Poder Executivo Estadual para criar a Unidade Regional de Saneamento Básico 1 – URSB 1 e a Unidade Regional de Saneamento Básico 2 – URSB 2, com fundamento do disposto na alínea “b” do inciso VI do art. 3º da Lei Federal nº 11.445/2007, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.026/2020, com o objetivo de propiciar viabilidade técnica e econômico-financeira ao bloco e garantir, mediante a prestação regionalizada, a universalização dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, e altera a Lei nº 12.037/2003, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências (SEI 10023-01.00/21-6);

- Referente ao inciso V, a CORSAN está em processo de desestatização conforme documento apresentados, estando dentro do prazo máximo estipulado.

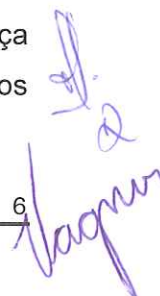
3 ANÁLISES DOS DOCUMENTOS ENVIADOS EM COMPARAÇÃO COM O EXIGIDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.710/2021

As análises que serão realizadas pelo GTR terão dois objetivos principais. A primeira verificará se os documentos enviados no requerimento darão condições de avaliar a capacidade econômico-financeira da CORSAN. A segunda verificará se os documentos enviados entende as condições para definir a CORSAN com capacidade econômico-financeira presumida.

3.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTO ENVIADO JUNTO AO REQUERIMENTO DA CORSAN

O GTR terá como base de avaliação dos documentos as condições para determinar a capacidade econômico-financeira da CORSAN. Assim, os documentos foram analisados individualmente, dando condições para realizadas os seguintes apontamentos:

- O requerimento de avaliação da capacidade econômico-financeira da CORSAN foi enviado à AGESAN-RS no prazo previsto pelo Decreto Federal nº 10.710/2021. Os documentos exigidos estavam em anexo, porém não atendendo integralmente o definido no decreto;
- A definição do inciso I do Art. 11, quanto ao enviado dos anexos dos Contratos de Programa, foi atendida parcialmente. Não foram enviados os anexos previstos nos Contratos de Programa, referente ao inventário de bens;
- A definição dos incisos I e II do Art. 11, quanto ao enviado dos Contratos de Programas, Termos Aditivos e Minuta de Termos Aditivos, foram atendidas parcialmente. Os Contratos de Programa, Termos Aditivos e Minutas de Termos Aditivos foram enviados parcialmente (somente os municípios regulados pela AGESAN-RS). Desta forma, a verificação das questões de universalização e viabilidade econômica é inexequível para realização de uma avaliação de capacidade econômico-financeira;
- A definição do inciso III do Art. 11 foi atendida. As demonstrações contábeis com os respectivos responsáveis pela auditoria contábil foram enviados. Assim, possibilita que a AGESAN-RS utilize os dados para os cálculos dos indicadores econômico-financeiros;
- A definição do inciso IV do Art. 11 foi atendida com uma ressalva. A planilha dos cálculos dos indicadores da capacidade econômico-financeira foram enviados, porém as demonstrações do resultados do exercício – DRE são o total da companhia. Ressalva-se que o não envio dos DREs individuais por municípios não permite que a agência reguladora faça uma auditoria nos valores. Assim, a avaliação dos equacionamentos apresentados para os



indicadores da capacidade econômico-financeira é possível de ser verificada, porém, sem uma auditoria nos dados que formam o DRE;

- A definição do inciso V do Art. 11 foi atendida. O parecer de responsabilidade dos cálculos dos indicadores foi apresentado;
- A definição do inciso VI do Art. 11 foi atendida parcialmente. As planilhas que apresentam os cálculos de viabilidade foram enviados apenas sobre os municípios regulados pela AGESAN-RS, com exceção de Tramandaí. Desta forma, a avaliação dos cálculos de viabilidade econômico-financeira fica impraticável por falta de informações;
- A definição do inciso VII do Art. 11 foi atendida. O estudo da avaliação da capacidade econômico-financeira realizado pela empresa Alvarez & Marsal apresenta o plano de captação de recursos;
- A definição do inciso VIII do Art. 11 não foi atendida. A empresa Alvarez & Marsal ao final do estudo da avaliação da capacidade econômico-financeira se exime de qualquer responsabilidade dos dados fornecidos pela CORSAN. Portanto, não foi entregue um parecer com responsabilidade técnica de avaliação do Plano de captura de recursos.

3.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTO ENVIADOS PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA PRESUMIDA

O GTR terá como base de avaliação os documentos enviados para comprovação da capacidade econômico-financeira presumida. Assim, os documentos foram analisados individualmente, dando condições para realizadas os seguintes apontamentos:

- A definição do inciso I do Art. 22 foram atendidas parcialmente. Os documentos foram enviados junto ao requerimento da CORSAN na data prevista. Contudo, não apresentando a comprovação da “**contratação**” dos estudos e dos atos necessários à desestatização junto à instituição financeira;
- A definição do inciso II do Art. 22 foi atendida. A autoriza legislativa foi enviada à AGESAN-RS no formato da Lei Estadual nº 15.708/2021;
- A definição do inciso III do Art. 22 foi atendida. As metas de universalização estão estabelecidas no Termos Aditivos e Minutas de Termos Aditivos. Contudo, foram enviados somente os municípios regulados pela AGESAN-RS, conforme previsto na Lei Federal nº 11.445/2007;
- A definição do inciso IV do Art. 22 foi atendida. O Projeto de Lei nº 422/2021 foi enviado à AGESAN-RS prevendo as exigências da Lei Federal nº 11.445/2021;

- A definição do inciso V do Art. 22 está dentro do prazo estipulado. Os anexos do Processo Administrativo Eletrônico nº 21/0587-0005797-4 comprovam que a CORSAN está em processo de desestatização e possivelmente atenderá o prazo estipulado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, por ora, o Grupo Técnico de Regulação da Agesan-RS no uso de suas competências, com base nas práticas técnicas e regulatórias de referência nacional e legislação vigente apresentou três manifestações distintas. A primeira, manifesta-se pronunciando que os documentos enviados junto ao requerimento da CORSAN para avaliação dos cálculos dos indicadores econômico-financeiros **são suficientes**, porém existe a ressalva da composição do DRE não poderá ser auditada por falta de informações. A segunda, pronunciando que os documentos enviados junto ao requerimento da CORSAN para avaliação da viabilidade econômica **são insuficientes** para que este grupo técnico forme um parecer de avaliação sobre este tema. A terceira, manifesta-se pronunciando que os documentos enviados pela SEMA **são insuficientes** para que a CORSAN seja considerada com capacidade econômico-financeira presumida.

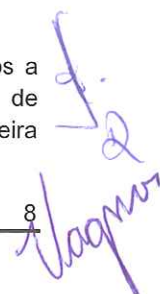
Diante do fato do GTR não considerar suficientes as informações enviadas junto ao requerimento da CORSAN para avaliação da capacidade econômico-financeira, este grupo, sugere a Diretoria Geral o seguinte:

- Notificar a CORSAN através de ofício todas as análises realizadas pelo GTR, destacando os documentos considerados como falta de informação, com base no § 2º do Art. 11 do Decreto Federal nº 10.710/2021;

“§ 2º O prestador deverá apresentar à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA cópia do protocolo do requerimento de comprovação de capacidade econômico-financeira junto à entidade reguladora competente, acompanhada de cópia do requerimento e de todos os documentos que o acompanharam, no prazo de cinco dias, contado da data do protocolo do pedido”.

- Criar um grupo entre as agências reguladoras da CORSAN para avaliar a capacidade econômico-financeira, conforme previsto nos § 1º e § 2º do Art. 15 do Decreto Federal nº 10.710/2021;

“§ 1º Quando o mesmo prestador de serviço for titular de contratos submetidos a entidades reguladoras distintas, essas entidades poderão celebrar termo de cooperação técnica para a apreciação conjunta da capacidade econômico-financeira do prestador de serviço.



§ 2º Na existência de entendimentos conflitantes de entidades reguladoras distintas em relação ao mesmo prestador de serviço, a ANA poderá atuar como mediadora, nos termos do disposto no § 5º do art. 4º-A da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”.

- Informar à Agência Nacional de Água e Saneamento Básico – ANA através de ofício a falta de informações necessária para a avaliação da capacidade econômico-financeira do prestador de serviço, conforme previsto na Art. 25 do Decreto Federal nº 10.710/2021.

“Art. 25. Eventuais conflitos resultantes da ausência de comprovação de capacidade econômico-financeira poderão ser submetidos a mediação ou arbitramento pela ANA, nos termos do disposto no § 5º do art. 4º-A da Lei nº 9.984, de 2000”.

ENCERRAMENTO

Estes signatários apresentam o presente trabalho concluído, constando de 9 (nove) folhas digitadas apenas de um lado, rubricadas, exceto esta última que segue devidamente datada e assinada, colocando-se à disposição para esclarecimentos.

Canoas, 17 de janeiro de 2021.

Daniel Luz dos Santos
Assessor de Fiscalização

Tiago Luis Gomes
Diretor de Regulação

Vagner Gerhardt Mâncio
Coordenador de Normatização e Fiscalização

ANEXOS

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONTRATOS DE PROGRAMAS, TERMOS ADITIVOS E MINUTAS DE TERMOS ADITIVOS ENVIADOS ÀS AGESAN-RS

Quadro I – Relação de Contrato de Programa e Termos Aditivos por Município

| Município | Contrato de Programa - CP | Termos Aditivos - TA |
|-------------------|---|--|
| Rolante | CP 024, de 20 de dezembro de 2007 | TA, de 21 de julho de 2008 TA, de 29 de março de 2011 TA, de 16 de dezembro de 2021 |
| Sapiranga | CP 136, de 10 de março de 2010 | TA, de 27 de janeiro de 2012 TA, de 11 de fevereiro de 2016 TA, 29 de março de 2019 TA, de 25 de abril de 2019 TA, de 10 de junho de 2019 TA, de 16 de dezembro de 2021 |
| Sapucaia do Sul | CP 145, de 11 de junho de 2010 | TA, de 29 de março de 2011 TA, de 31 de março de 2018 Minuta de Termo de Aditivo |
| Tramandai | CP 090, de 22 de abril de 2009 | TA, de 29 de março de 2011 TA, de 9 de novembro de 2021 |
| Três Coroas | CP 078, de 23 de janeiro de 2009 | TA, de 29 de março de 2011 TA, de 16 de dezembro de 2021 |
| Campo Bom | CP 139, de 26 de março de 2010 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Canela | CC*, de 26 de dezembro de 2004 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Canoas | CP 099, de 26 de dezembro de 2007 | TA, de 7 de outubro de 2009 TA, de 13 de dezembro de 2021 |
| Capela de Santana | CP 135, de 10 de março de 2010 | TA, de 29 de março de 2011 Minuta de Termo de Aditivo |
| Estância Velha | CP 009, de 9 de agosto de 2007 | TA, de 22 de agosto de 2008 TA, de 16 de dezembro de 2021 |
| Esteio | CP 029, de 26 de dezembro de 2007 | TA, de 25 de maio de 2018 TA, de 17 de novembro de 2021 |
| Igrejinha | CP 247, de 4 de abril de 2013 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Nova Hartz | CP 276, de 15 de junho de 2015 CP 276.1, de 2 de março de 2020 | TA, de 1º de dezembro de 2021 |
| Nova Santa Rita | CP 104, de 22 de outubro de 2009 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Parobé | CP 243, de 26 de dezembro de 2012 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Portão | CP 059, de 28 de agosto de 2008 | Minuta de Termo de Aditivo |
| Riozinho | CP 056, de 28 de agosto de 2008 | Minuta de Termo de Aditivo |

CC* - Contrato de Concessão

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da Corsan

**ANEXO II – RELAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS
ENVIADAS À AGESAN-RS****Quadro I – Relação das demonstrações contábeis com respectivos auditores responsáveis**

| Demonstração Contábil | Empresa Auditora | Responsável Técnico |
|------------------------------|--|--|
| 2016 | AudiLink & Cia. Auditores CRC-RS 003688/F-0 | Roberto Caldas Bianchessi Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS |
| 2017 | AudiLink & Cia. Auditores CRC-RS 003688/F-0 | Roberto Caldas Bianchessi Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS |
| 2018 | Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025,583/O-1 | Octavio Zampirolo Neto Contador CRC 1SP-289.095/O-3 |
| 2019 | Grant Thornton Auditores Independentes CRC 2SP-025,583/O-1 | Octavio Zampirolo Neto Contador CRC 1SP-289.095/O-3 |
| 2020 | Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 | Adriano Machado Contador CRC 1PR-042584/O-7 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

ANEXO III – INFORMAÇÕES APRESENTADAS SOBRE O CÁLCULO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Quadro I - Indicadores Econômico-financeiros, citados no art. 5º do Decreto Federal nº 10.710/2021

| Indicador | Descrição | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | Mediana | Meta |
|--|--|------|------|------|------|------|---------|------|
| I - Índice de margem líquida | Lucro Líquido (+)depreciação e amortização / receita operacional líquida | 0,13 | 0,20 | 0,16 | 0,16 | 0,63 | 0,16 | > 0 |
| II - Grau de endividamento | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total | 0,55 | 0,58 | 0,59 | 0,56 | 0,42 | 0,56 | ≤ 1 |
| III - Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) | Lucro Líquido / Patrimônio Líquido | 0,11 | 0,19 | 0,14 | 0,13 | 0,45 | 0,14 | > 0 |
| IV - Índice de suficiência de caixa | Arrecadação total / despesa de exploração*, despesa com juros, encargos e amortização da dívida e das despesas fiscais | 1,14 | 1,26 | 1,25 | 1,19 | 1,24 | 1,24 | > 1 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro II – Demonstração do Resultado dos Exercícios

| DRE Exploração (R\$ mil) | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | 2.578.456 | 2.798.624 | 2.943.428 | 3.117.607 | 3.443.922 |
| Serviços de Abastecimento de Água | 2.168.487 | 2.377.108 | 2.473.543 | 2.629.088 | 2.848.451 |
| Serviços de Esgoto | 137.739 | 155.380 | 166.893 | 182.341 | 208.481 |
| Disponibilidade de Esgoto | 0 | 0 | 0 | 3.316 | 9.308 |
| Receitas de Construção | 205.191 | 232.328 | 252.954 | 237.983 | 316.509 |
| Indiretas | 67.039 | 33.808 | 50.038 | 64.899 | 61.173 |
| Vendas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| (-) Impostos, devoluções e abatimentos | -216.880 | -233.443 | -249.828 | -268.117 | -290.469 |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 2.361.576 | 2.565.181 | 2.693.600 | 2.849.490 | 3.153.453 |
| (-) Despesas de Exploração | -1.824.089 | -1.933.009 | -2.141.674 | -2.380.471 | -2.454.010 |
| Despesas de Pessoal | -947.136 | -966.530 | -1.011.070 | -1.116.155 | -1.170.058 |
| Despesas com Material de Tratamento | -40.773 | -55.916 | -48.261 | -53.235 | -63.629 |
| Despesas com Materiais | -34.604 | -40.616 | -50.004 | -52.637 | -56.956 |
| Despesas com Energia Elétrica | -216.972 | -213.565 | -256.916 | -297.967 | -309.078 |
| Despesas com Serviços de Terceiros | -266.384 | -276.430 | -299.191 | -322.910 | -360.256 |
| Despesas Gerais | -101.514 | -124.662 | -201.019 | -270.223 | -135.104 |
| Despesas Fiscais | -15.697 | -27.452 | -25.505 | -32.335 | -44.938 |
| Custos de Construção | -201.009 | -227.837 | -249.708 | -235.009 | -313.991 |
| LUCRO DA EXPLORAÇÃO | 537.487 | 632.173 | 551.926 | 469.019 | 699.443 |
| (+/-) Outras Receitas/Despesas | -221.357 | -48.416 | -79.347 | 297.558 | 907.064 |
| Provisão para Contingências | -76.444 | -102.627 | -131.870 | -52.831 | -57.352 |
| Provisão para Devedores Duvidosos | -19.434 | -10.619 | -17.836 | -13.715 | -31.274 |
| Outras Provisões | -139.632 | 18.604 | -8.825 | -4.407 | -2.190 |
| Outras Receitas | 14.210 | 46.352 | 79.911 | 390.337 | 1.018.528 |
| Outras Despesas | -56 | -126 | -726 | -21.826 | -20.647 |
| LUCRO ANTES DOS JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA) | 316.129 | 583.757 | 472.579 | 766.577 | 1.606.507 |
| (-) Depreciação e Amortização | -105.443 | -118.298 | -128.553 | -148.151 | -170.519 |
| LUCRO ANTES DOS JUROS E IMPOSTOS (EBIT) | 210.687 | 465.459 | 344.026 | 618.426 | 1.435.988 |
| (+/-) Resultado Financeiro Líquido | 44.097 | 40.460 | 43.646 | 17.101 | 460.429 |
| Receitas Financeiras | 96.819 | 89.392 | 98.914 | 71.607 | 637.036 |
| Variações Monetárias Ativas | 22.814 | 26.937 | 5.284 | 5.456 | 6.600 |
| (-) Despesas Financeiras | -30.111 | -23.388 | -28.440 | -28.689 | -33.767 |
| (-) Variações Monetárias Passivas | -45.425 | -52.481 | -32.112 | -31.273 | -149.441 |
| Juros e taxas sobre financiamentos (Nota Explicativa: Receitas e Despesas) | -11.032 | -10.280 | -11.197 | -23.785 | -28.982 |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA | 254.784 | 505.919 | 387.672 | 635.527 | 1.896.418 |
| (-) Contribuição Social | -33.674 | -45.114 | -34.601 | -31.343 | -172.058 |
| (-) Imposto de Renda | -87.579 | -116.891 | -88.686 | 0 | 0 |
| Provisão Contribuição Social Diferida | 19.649 | 10.272 | 7.343 | -16.518 | 90.035 |
| Provisão Imposto de Renda Diferido | 54.693 | 28.492 | 20.359 | -286.513 | 0 |
| LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO | 207.872 | 382.678 | 292.087 | 301.153 | 1.814.395 |
| ARRECADAÇÃO TOTAL | 2.091.384 | 2.456.450 | 2.684.134 | 2.850.521 | 3.089.354 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro III – Balanços Patrimoniais

| BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ mil) | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 564.378 | 602.429 | 637.436 | 736.947 | 774.855 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30.586 | 24.470 | 66.164 | 92.981 | 233.267 |
| Aplicações financeiras | 13.083 | 55.233 | 0 | 0 | 11.339 |
| Contas a receber de clientes | 299.631 | 326.980 | 342.051 | 359.533 | 415.615 |
| Estoques | 95.115 | 76.457 | 82.261 | 94.536 | 102.983 |
| CSLL a recuperar | 10.263 | 2.646 | 9.775 | 10.384 | 21 |
| Depósitos judiciais | 108.686 | 109.135 | 129.338 | 171.450 | 0 |
| Indenizações contratuais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros créditos | 7.014 | 7.508 | 7.847 | 8.063 | 11.630 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 3.706.916 | 4.183.301 | 4.579.828 | 4.730.131 | 6.152.587 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 987.795 | 1.234.608 | 1.255.531 | 1.084.717 | 3.598.718 |
| Aplicações financeiras | 55.343 | 59.968 | 63.555 | 66.659 | 65.206 |
| Contas a receber de clientes | 4.499 | 3.409 | 7.285 | 5.346 | 3.525 |
| Aplicações no caixa único do Estado | 157 | 3.823 | 6.915 | 2.214 | 5.970 |
| Depósitos em garantia | 3.109 | 3.341 | 3.409 | 3.537 | 0 |
| Créditos fiscais diferidos | 284.409 | 403.498 | 454.428 | 91.313 | 66.694 |
| Depósitos judiciais | 163.556 | 218.494 | 259.420 | 239.779 | 0 |
| Ativos financeiros contratuais | 0 | 0 | 365.781 | 341.039 | 588.827 |
| Indenização por desapropriação | 67.505 | 76.605 | 87.877 | 97.377 | 42.191 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 0 | 0 | 0 | 10.966 | 1.430.357 |
| Ativos de contratos | 402.336 | 458.612 | 0 | 0 | 1.174.160 |
| Reclamações e rescisões contratuais | 0 | 0 | 1.989 | 224.768 | 0 |
| Precatórios a receber | 0 | 0 | 0 | 0 | 220.154 |
| Outros créditos | 6.881 | 6.858 | 4.872 | 1.719 | 1.634 |
| INVESTIMENTOS | 923 | 923 | 923 | 923 | 845 |
| IMOBILIZADO | 92.400 | 104.196 | 121.625 | 183.849 | 168.505 |
| INTANGÍVEL | 2.625.798 | 2.843.574 | 3.201.749 | 3.460.642 | 2.384.519 |
| TOTAL ATIVO | 4.271.294 | 4.785.730 | 5.217.264 | 5.467.078 | 6.927.442 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 691.031 | 754.557 | 753.818 | 975.333 | 864.436 |
| Empréstimos e financiamentos | 53.164 | 56.793 | 65.811 | 71.199 | 114.381 |
| Debêntures | 9.089 | 9.146 | 9.232 | 9.591 | 4.811 |
| Fornecedores | 126.344 | 118.284 | 113.736 | 123.106 | 118.988 |
| Impostos e contribuições | 82.170 | 49.184 | 53.322 | 17.189 | 36.183 |
| Parcelamentos de impostos e contribuições | 0 | 13.260 | 14.472 | 15.255 | 15.644 |
| Dívidas com Fundação Corsan | 35.657 | 36.456 | 21.332 | 21.585 | 0 |
| Salários e encargos a pagar | 67.589 | 69.888 | 72.592 | 40.147 | 145.109 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas | 104.310 | 117.882 | 144.595 | 293.894 | 0 |
| Participação nos resultados | 31.994 | 31.051 | 25.727 | 19.489 | 43.584 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 169.362 | 241.196 | 222.613 | 285.761 | 345.205 |
| Passivos de arrendamento | 0 | 0 | 0 | 23.445 | 23.674 |
| Obrigações contratuais | 0 | 0 | 0 | 53.604 | 9.000 |
| Direito de Uso - Contratos de Locação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros débitos | 11.352 | 11.417 | 10.386 | 1.068 | 7.857 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 1.671.356 | 2.017.173 | 2.320.969 | 2.091.451 | 2.019.485 |
| Empréstimos e financiamentos | 402.527 | 386.995 | 545.261 | 512.849 | 473.096 |
| Debêntures | 31.092 | 22.644 | 13.924 | 4.548 | 0 |
| Fornecedores | 0 | 136 | 0 | 0 | 0 |
| Parcelamentos de impostos e contribuições | 0 | 53.039 | 43.415 | 30.511 | 15.644 |
| Dívidas com Fundação Corsan | 69.329 | 48.539 | 18.915 | 0 | 0 |
| Contratos de repasse | 9.232 | 9.232 | 21.331 | 43.437 | 53.895 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas | 445.574 | 560.216 | 687.752 | 595.854 | 467.194 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 700.506 | 928.411 | 982.864 | 846.590 | 944.110 |
| Débitos fiscais diferidos | 13.096 | 7.961 | 7.507 | 16.727 | 41.362 |
| Direito de Uso - Contratos de Locação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Obrigações contratuais | 0 | 0 | 0 | 0 | 4.000 |
| Passivos de arrendamento | 0 | 0 | 0 | 40.935 | 20.184 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.908.907 | 2.014.000 | 2.142.477 | 2.400.294 | 4.043.521 |
| Capital social | 939.148 | 939.148 | 1.635.145 | 1.635.145 | 1.682.328 |
| Reservas de capital | 17.148 | 17.148 | 17.148 | 17.148 | 17.148 |
| Reservas de lucros | 785.418 | 1.035.607 | 499.554 | 669.844 | 2.388.985 |
| Outros resultados abrangentes | 147.863 | -9.814 | -56.553 | 30.974 | -55.764 |
| Lucros acumulados | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | 19.330 | 31.911 | 47.183 | 47.183 | 10.824 |
| TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 4.271.294 | 4.785.730 | 5.217.264 | 5.467.078 | 6.927.442 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro IV – Índices Econômico-Financeiros estabelecidos no Art. 5º do Decreto 10.710

| Índice | Igual | Descrição da Fórmula |
|--|-------|---|
| Margem líquida sem depreciação e amortização | = | $\frac{\text{Valor anual do resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo), depois de deduzido o resultado não operacional, o imposto de renda e contribuição social, sem deduzir as despesas de depreciação/amortização.}}{\text{Valor anual da receita faturada referente à produção e distribuição de água e à coleta, tratamento e disposição final de esgotos, e receitas indiretas de outros serviços prestados.}}$ |
| Retorno sobre Patrimônio Líquido | = | $\frac{\text{Valor anual do resultado líquido do exercício (lucro ou prejuízo), depois de deduzido o resultado não operacional, o imposto de renda e contribuição social, sem deduzir as despesas de depreciação/amortização.}}{\text{Valor anual pertencente aos acionistas (proprietários da empresa), composto pelo saldo das contas Capital Social Realizado, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reserva de Lucro e Lucros ou Prejuízos Acumulados}}$ |
| Grau de endividamento | = | $\frac{\text{Saldo das contas representativas das obrigações com vencimento até o final do exercício subsequente, referentes a empréstimos e financiamentos, empreiteiros e fornecedores, tributos e contribuições sociais, cauções a restituir, provisões e outros, mais o saldo das contas antes agrupadas no Passivo Exigível a Longo Prazo, ou seja, de registro de todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial.}}{\text{Saldo total dos bens e direitos da empresa, representados nas contas do Ativo Circulante e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível).}}$ |
| Índice de Suficiência de Caixa | = | $\frac{\text{Valor anual efetivamente arrecadado de todas as receitas operacionais, diretamente nos caixas do prestador de serviços ou por meio de terceiros autorizados (bancos e outros).}}{\text{Soma total das Despesas de Exploração (DEX), despesa com juros e encargos do serviço da dívida, Despesas fiscais ou tributárias não computadas na DEX e Despesas com amortização do serviço da dívida.}}$ |

Fonte: Agência Brasileira de Agências Reguladoras – ABAR (2021). Disponível em: <https://abar.org.br>

ANEXO IV – FLUXOS DE CAIXAS ENVIADOS À AGESAN-RS

Quadro I – Fluxos de caixa de Canela

| Canela | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|----------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Total | 269.239.530 | 30.827.800 | 31.491.866 | 32.193.009 | 33.700.234 | 34.729.495 | 32.123.202 | 32.938.927 | 41.234.996 |
| Deduções de receitas | -21.168.958 | -2.423.836 | -2.476.048 | -2.531.175 | -2.649.681 | -2.730.607 | -2.525.687 | -2.589.823 | -3.242.102 |
| Custos e Despesas | -141.983.131 | -24.118.005 | -20.945.489 | -15.470.725 | -15.599.975 | -15.637.875 | -15.549.283 | -14.962.432 | -19.699.347 |
| EBITDA | 106.087.441 | 4.285.959 | 8.070.329 | 14.191.109 | 15.450.578 | 16.361.014 | 14.048.231 | 15.386.672 | 18.293.548 |
| IR/CSLL (variável) | -28.866.229 | -1.037.988 | -2.208.277 | -4.168.980 | -4.444.261 | -4.604.143 | -3.667.787 | -4.024.600 | -4.710.194 |
| Investimentos | -141.065.621 | -30.817.360 | -19.644.374 | -18.887.307 | -15.941.978 | -14.302.081 | -14.570.734 | -14.570.400 | -12.331.388 |
| FCFF | -63.844.410 | -27.569.388 | -13.782.321 | -8.865.177 | -4.935.662 | -2.545.210 | -4.190.290 | -3.208.328 | 1.251.966 |
| FCFF Descontado | -55.480.210 | -26.500.453 | -12.240.549 | -7.274.753 | -3.742.214 | -1.783.032 | -2.712.264 | -1.918.752 | 691.807 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro II – Fluxos de caixa de Capela de Santana

| Capela de Santana | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | ... | 2062 | 2033 | 2034 | 2035 |
|----------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Receita Total | 18.736.990 | 1.038.632 | 1.058.550 | 1.090.206 | 1.169.515 | 1.297.467 | 1.314.445 | 1.394.745 | 1.426.137 | 1.442.315 | 1.462.849 | 1.504.522 | 1.509.010 | 1.512.777 | 1.515.820 |
| Deduções de receitas | -1.473.196 | -81.662 | -83.228 | -85.717 | -91.953 | -102.013 | -103.348 | -109.662 | -112.130 | -113.402 | -115.016 | -118.293 | -118.646 | -118.942 | -119.181 |
| Custos e Despesas | -6.485.803 | -762.502 | -654.073 | -477.224 | -462.781 | -458.220 | -450.121 | -427.898 | -421.211 | -417.080 | -395.307 | -394.107 | -385.893 | -390.440 | -388.947 |
| EBITDA | 10.777.991 | 194.467 | 321.249 | 527.264 | 614.781 | 737.234 | 760.975 | 857.185 | 892.796 | 911.833 | 952.526 | 992.122 | 1.004.471 | 1.003.365 | 1.007.691 |
| IR/CSLL (variável) | -2.823.731 | -47.097 | -87.903 | -154.806 | -176.838 | -207.465 | -198.680 | -224.209 | -229.876 | -234.392 | -241.561 | -249.772 | -252.914 | -259.861 | -258.268 |
| Investimentos | -1.104.531 | -323.222 | -51.551 | -26.477 | -269.129 | -278.911 | -3.564 | -3.502 | -19.161 | -54.927 | -14.706 | -20.989 | -30.705 | -3.907 | -3.779 |
| FCFF | 6.849.729 | -175.852 | 181.795 | 345.890 | 168.814 | 250.859 | 558.732 | 629.475 | 643.759 | 622.514 | 696.258 | 721.362 | 720.852 | 739.627 | 745.644 |
| FCFF Descontado | 3.456.390 | -169.034 | 161.458 | 283.837 | 127.994 | 175.738 | 361.653 | 376.460 | 355.726 | 317.829 | 328.449 | 314.415 | 290.301 | 275.212 | 256.353 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro III – Fluxos de caixa de Campo Bom

| Campo Bom | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | ... | 2062 | 2033 | 2034 | 2035 |
|----------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Total | 454.047.128 | 28.369.231 | 28.429.193 | 28.541.930 | 28.975.662 | 29.729.087 | 31.027.692 | 31.419.726 | 31.461.479 | 33.659.772 | 33.604.058 | 36.125.968 | 37.784.056 | 37.565.562 | 37.335.403 |
| Deduções de receitas | -35.669.455 | -2.232.103 | -2.235.245 | -2.244.109 | -2.278.235 | -2.337.449 | -2.439.550 | -2.470.140 | -2.473.659 | -2.648.500 | -2.642.119 | -2.840.404 | -2.970.775 | -2.953.671 | -2.935.496 |
| Custos e Despesas | -202.931.865 | -21.027.446 | -17.870.176 | -12.917.848 | -12.413.908 | -12.182.308 | -14.235.833 | -13.414.171 | -13.099.739 | -14.248.679 | -13.390.337 | -14.103.685 | -14.704.121 | -14.754.900 | -14.578.723 |
| EBITDA | 215.415.807 | 5.129.679 | 8.323.772 | 13.379.974 | 14.283.819 | 15.209.329 | 14.352.200 | 15.532.415 | 15.898.091 | 16.764.594 | 17.571.602 | 19.181.877 | 20.109.201 | 19.857.991 | 19.821.184 |
| IR/CSLL (variável) | -59.623.612 | -1.242.322 | -2.277.628 | -3.930.689 | -4.108.650 | -4.260.048 | -3.747.172 | -4.002.721 | -4.093.413 | -4.309.432 | -4.456.167 | -4.829.137 | -5.063.260 | -5.142.859 | -5.080.115 |
| Investimentos | -132.969.522 | -7.263.242 | -9.679.603 | -13.594.007 | -11.070.377 | -12.743.329 | -11.868.249 | -7.508.335 | -13.720.204 | -18.830.272 | -13.166.587 | -8.112.720 | -4.027.500 | -632.459 | -632.459 |
| FCFF | 25.922.674 | -3.378.855 | -3.633.518 | -4.144.782 | -695.200 | -1.814.049 | -1.263.131 | 3.961.359 | -1.915.536 | -6.375.111 | -51.121 | 6.240.021 | 11.018.350 | 14.082.674 | 14.108.611 |
| FCFF Descontado | 2.626.031 | -3.244.993 | -3.227.051 | -3.401.203 | -678.746 | -1.270.621 | -830.537 | 2.369.108 | -1.058.481 | -3.254.862 | -24.116 | 2.719.701 | 4.437.297 | 5.240.098 | 4.850.549 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro IV – Fluxos de caixa de Estância Velha

| Estância Velha | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 |
|----------------------|--------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 860.290.598 | 16.778.245 | 19.565.533 | 19.905.147 | 20.512.847 | 21.396.008 | -21.273.459 | 21.864.916 | 22.165.367 | 23.514.767 | 23.741.977 | 24.659.007 | 25.440.057 | 25.543.853 |
| Deduções de receitas | -67.640.820 | -1.319.189 | -1.538.340 | -1.565.042 | -1.612.823 | -1.682.261 | -1.672.626 | -1.719.129 | -1.742.752 | -1.848.849 | -1.866.713 | -1.938.814 | -2.000.224 | -2.008.385 |
| Custos e Despesas | -405.744.010 | -12.541.365 | -13.080.741 | -9.572.023 | -9.309.511 | -9.243.728 | -9.861.725 | -9.397.523 | -9.271.767 | -9.908.213 | -9.409.924 | -9.399.084 | -9.581.413 | -9.709.630 |
| EBITDA | 386.911.767 | 2.917.690 | 4.946.452 | 8.768.082 | 9.590.513 | 10.470.019 | 9.739.108 | 10.748.264 | 11.150.848 | 11.757.706 | 12.465.340 | 13.321.109 | 13.658.419 | 13.825.838 |
| IR/CSLL (variável) | -83.833.056 | -706.616 | -1.353.493 | -2.575.835 | -2.758.651 | -2.946.362 | -2.542.738 | -2.811.359 | -2.871.103 | -3.022.384 | -3.161.216 | -3.353.658 | -3.489.387 | -3.580.641 |
| Investimentos | -109.524.554 | -11.216.884 | -16.150.452 | -4.506.581 | -7.412.202 | -11.945.766 | -11.552.050 | -5.935.051 | -6.104.318 | -6.197.072 | -3.711.470 | -3.775.593 | -4.298.861 | -376.157 |
| FCFF | 193.554.157 | -9.005.810 | -12.557.494 | 1.685.686 | -580.339 | -4.422.110 | -4.355.680 | 2.001.854 | 2.175.427 | 2.538.250 | 5.592.654 | 6.191.858 | 6.070.172 | 9.869.040 |
| FCFF Descontado | 22.383.577 | -8.656.632 | -11.152.737 | 1.383.256 | -440.013 | -3.097.883 | -2.819.316 | 1.197.216 | 1.202.090 | 1.295.923 | 2.638.245 | 2.698.799 | 2.444.572 | 3.672.224 |

| Estância Velha | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 25.633.077 | 25.708.289 | 24.172.144 | 24.213.280 | 24.240.991 | 24.255.225 | 24.256.915 | 22.916.111 | 22.895.585 | 22.864.596 | 22.823.638 | 22.773.440 | 21.214.159 | 21.149.980 |
| Deduções de receitas | -2.015.401 | -2.021.157 | -1.900.535 | -1.903.769 | -1.905.948 | -1.907.067 | -1.907.200 | -1.801.779 | -1.800.165 | -1.797.729 | -1.794.509 | -1.790.562 | -1.667.963 | -1.662.917 |
| Custos e Despesas | -9.686.811 | -9.864.604 | -9.904.856 | -9.884.046 | -9.871.692 | -9.867.091 | -9.853.495 | -9.830.570 | -9.827.073 | -9.842.461 | -9.815.630 | -9.774.059 | -9.748.594 | -9.720.107 |
| EBITDA | 13.930.866 | 13.820.527 | 12.366.753 | 12.425.465 | 12.463.352 | 12.481.067 | 12.496.220 | 11.283.762 | 11.268.346 | 11.224.407 | 11.213.499 | 11.208.819 | 9.797.602 | 9.766.956 |
| IR/CSLL (variável) | -3.570.443 | -3.484.908 | -2.963.069 | -2.894.054 | -2.852.846 | -2.940.193 | -2.933.020 | -2.482.803 | -2.529.422 | -2.499.759 | -2.482.158 | -2.472.155 | -1.941.970 | -1.922.465 |
| Investimentos | -374.182 | -542.330 | -634.063 | -541.158 | -604.296 | -1.126.550 | -376.285 | -373.396 | -540.726 | -631.642 | -537.953 | -600.373 | -1.121.846 | -370.928 |
| FCFF | 9.986.241 | 9.793.289 | 8.769.621 | 8.990.254 | 9.006.210 | 8.414.324 | 9.186.916 | 8.427.563 | 8.198.199 | 8.093.006 | 8.193.388 | 8.136.291 | 6.733.786 | 7.473.563 |
| FCFF Descontado | 3.433.275 | 3.110.911 | 2.573.903 | 2.438.011 | 2.256.618 | 1.947.994 | 1.965.126 | 1.665.616 | 1.497.076 | 1.365.487 | 1.277.302 | 1.171.949 | 896.177 | 918.998 |

| Estância Velha | 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | 2061 | 2062 |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Receita Total | 21.077.998 | 20.997.452 | 20.908.858 | 19.048.210 | 18.952.604 | 18.849.899 | 18.740.214 | 18.623.675 | 15.218.389 | 15.111.583 | 14.999.487 | 14.882.228 | 14.759.939 | 12.649.448 |
| Deduções de receitas | -1.657.258 | -1.650.925 | -1.643.959 | -1.497.665 | -1.490.148 | -1.482.073 | -1.473.449 | -1.464.286 | -1.196.546 | -1.188.148 | -1.179.335 | -1.170.115 | -1.160.500 | -994.563 |
| Custos e Despesas | -9.691.445 | -9.659.619 | -9.623.432 | -9.585.477 | -9.545.248 | -9.501.826 | -9.517.307 | -10.187.081 | -10.131.635 | -10.214.885 | -10.152.891 | -10.087.736 | -10.019.488 | -9.948.203 |
| EBITDA | 9.729.206 | 9.686.909 | 9.641.467 | 7.965.067 | 7.917.207 | 7.866.000 | 7.649.458 | 6.972.308 | 3.890.208 | 3.708.550 | 3.667.261 | 3.624.377 | 3.579.950 | 1.706.682 |
| IR/CSLL (variável) | -1.899.641 | -1.870.844 | -1.845.316 | -1.198.663 | -1.161.038 | -1.134.234 | -979.277 | -601.338 | - | - | - | - | - | - |
| Investimentos | -367.386 | -534.003 | -537.953 | -600.373 | -1.121.846 | -370.928 | -367.386 | -534.003 | -537.953 | -600.373 | -1.121.846 | -370.928 | -367.386 | -534.003 |
| FCFF | 7.462.268 | 7.282.062 | 7.258.198 | 6.166.031 | 5.634.323 | 6.360.838 | 6.302.794 | 5.836.967 | 3.352.254 | 3.108.177 | 2.545.415 | 3.253.449 | 3.212.564 | 1.172.679 |
| FCFF Descontado | 847.833 | 764.445 | 704.000 | 552.589 | 466.542 | 486.649 | 445.540 | 381.235 | 202.300 | 173.307 | 131.136 | 154.867 | 141.293 | 47.654 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro V – Fluxos de caixa de Igrejinha

| Igrejinha | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 |
|----------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 287.505.444 | 13.250.023 | 13.433.306 | 13.663.840 | 14.103.714 | 14.758.027 | 13.960.162 | 15.873.828 | 16.084.979 | 17.728.546 | 17.687.803 | 16.583.132 | 19.882.173 | 20.051.122 | 20.109.511 | 20.155.035 | 19.939.125 | 18.962.168 |
| Deduções de receitas | -22.609.116 | -1.041.763 | -1.059.201 | -1.074.319 | -1.108.605 | -1.160.350 | -1.097.618 | -1.248.034 | -1.204.681 | -1.393.507 | -1.408.433 | -1.459.526 | -1.571.098 | -1.516.519 | -1.581.032 | -1.584.660 | -1.489.009 | -1.490.900 |
| Custos e Despesas | -122.819.103 | -9.878.296 | -8.499.261 | -8.205.239 | -8.028.758 | -5.960.247 | -5.884.013 | -8.553.814 | -8.460.814 | -7.336.199 | -6.961.961 | -6.948.847 | -7.543.737 | -7.639.993 | -7.617.146 | -7.752.757 | -7.780.246 | -7.760.139 |
| EBITDA | 142.081.131 | 2.331.943 | 3.887.934 | 8.384.281 | 6.969.052 | 7.617.420 | 6.978.531 | 6.071.750 | 6.359.653 | 8.999.443 | 9.519.469 | 10.154.759 | 10.867.338 | 10.834.709 | 10.910.332 | 10.817.508 | 9.669.700 | 9.711.128 |
| IR/CSLL (variável) | -36.005.938 | -564.758 | -1.063.852 | -1.876.536 | -2.003.741 | -2.143.619 | -1.821.992 | -2.111.279 | -2.152.431 | -2.313.100 | -2.414.142 | -2.559.513 | -2.730.268 | -2.805.993 | -2.799.288 | -2.727.704 | -2.316.877 | -2.261.849 |
| Investimentos | -91.036.428 | -3.322.809 | -6.009.207 | -1.659.383 | -7.580.122 | -7.596.091 | -6.400.076 | -10.826.806 | -12.963.835 | -9.125.281 | -10.433.719 | -7.423.328 | -8.542.039 | -431.071 | -429.772 | -579.602 | -716.121 | -636.716 |
| FCFF | 14.378.765 | -1.855.604 | -3.245.126 | 2.549.362 | -2.617.811 | -2.122.279 | -1.243.537 | -4.689.426 | -6.756.612 | -2.439.938 | -3.328.592 | 174.918 | 3.589.032 | 7.597.646 | 7.654.272 | 7.509.982 | 6.036.792 | 6.812.563 |
| FCFF Descontado | -2.850.237 | -1.496.366 | -2.882.106 | 2.092.004 | -1.984.822 | -1.466.750 | 804.909 | -2.910.384 | -3.733.549 | -1.245.730 | -1.570.118 | 78.240 | 1.445.371 | 2.627.049 | 2.641.857 | 2.385.601 | 1.947.913 | 1.847.456 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro VI – Fluxos de caixa de Nova Santa Rita

| Nova Santa Rita | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 |
|----------------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 112.650.949 | 6.510.000 | 6.696.010 | 6.879.132 | 7.128.200 | 7.655.706 | 7.730.121 | 9.576.934 | 9.691.961 | 9.799.186 | 9.897.727 | 10.284.900 | 10.368.309 | 10.442.763 |
| Deduções de receitas | -8.857.967 | -511.849 | -526.474 | -540.872 | -560.455 | -601.930 | -607.781 | -752.986 | -762.030 | -770.461 | -778.209 | -808.650 | -815.208 | -821.062 |
| Custos e Despesas | -45.473.903 | -4.833.826 | -4.189.709 | -3.086.605 | -3.020.989 | -3.017.226 | -2.987.867 | -3.610.532 | -3.579.147 | -3.567.424 | -3.401.743 | -3.410.480 | -3.356.467 | -3.411.887 |
| EBITDA | 58.329.079 | 1.164.325 | 1.979.827 | 3.251.656 | 3.546.756 | 4.036.550 | 4.134.473 | 5.213.416 | 5.350.783 | 5.461.301 | 5.717.775 | 6.065.770 | 6.196.634 | 6.209.813 |
| IR/CSLL (variável) | -15.305.344 | -281.980 | -541.738 | -955.252 | -1.020.202 | -1.135.923 | -1.079.450 | -1.363.642 | -1.377.711 | -1.403.858 | -1.450.030 | -1.527.089 | -1.560.239 | -1.608.229 |
| Investimentos | -72.060.976 | -1.884.923 | -9.682.270 | -21.300.702 | -15.373.243 | -8.373.097 | -4.803.727 | -3.321.466 | -449.932 | -459.284 | -2.334.724 | -2.739.487 | -974.133 | -363.987 |
| FCFF | -29.037.241 | -1.002.578 | -8.244.181 | -19.004.299 | -12.846.689 | -5.472.470 | -1.748.705 | 528.308 | 3.523.140 | 3.598.158 | 1.933.021 | 1.799.194 | 3.662.261 | 4.237.597 |
| FCFF Descontado | -29.738.936 | -963.705 | -7.321.938 | -15.594.904 | -9.740.346 | -3.833.707 | -1.131.890 | 315.957 | 1.946.805 | 1.837.068 | 911.872 | 784.201 | 1.474.862 | 1.576.790 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro VII – Fluxos de caixa de Parobé

| Parobé | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 |
|----------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 239.410.000 | 11.001.233 | 12.037.800 | 12.100.435 | 12.391.014 | 12.709.429 | 12.108.056 | 14.075.260 | 14.479.309 | 14.696.302 | 14.783.582 | 16.630.011 | 16.349.662 | 16.415.134 | 16.471.485 | 16.519.316 | 17.416.176 |
| Deduções de receitas | -10.824.240 | -934.162 | -949.472 | -959.473 | -974.244 | -1.009.119 | -962.043 | -1.108.909 | -1.138.435 | -1.153.138 | -1.162.359 | -1.323.731 | -1.442.758 | -1.447.660 | -1.452.319 | -1.458.091 | -1.369.347 |
| Custos e Despesas | -101.824.491 | -8.822.091 | -7.575.711 | -5.532.841 | -5.371.568 | -5.324.671 | -5.236.102 | -6.652.017 | -5.766.736 | -5.716.332 | -5.423.898 | -6.217.214 | -6.882.090 | -6.970.552 | -6.951.163 | -7.076.872 | -7.104.638 |
| EBITDA | 118.769.269 | 2.124.980 | 3.515.617 | 5.609.121 | 6.045.205 | 6.405.639 | 5.900.511 | 7.116.504 | 7.574.135 | 7.769.832 | 8.197.327 | 9.295.066 | 10.025.014 | 9.999.692 | 10.097.933 | 9.998.395 | 8.942.191 |
| IR/CSLL (variável) | -30.843.939 | -514.634 | -961.975 | -1.974.254 | -1.738.865 | -1.819.491 | -1.545.758 | -1.861.445 | -1.950.176 | -2.004.219 | -2.078.846 | -2.340.081 | -2.524.181 | -2.589.961 | -2.580.386 | -2.518.107 | -2.142.545 |
| Investimentos | -98.102.677 | -2.322.791 | -5.223.240 | -6.029.041 | -9.053.430 | -9.283.823 | -5.361.430 | -6.342.927 | -8.470.697 | -13.509.858 | -13.412.816 | -10.899.251 | -6.835.974 | -491.102 | -489.904 | -652.970 | -732.827 |
| FCFF | -10.177.344 | -712.446 | -2.699.659 | -1.908.173 | -4.747.000 | -4.637.678 | -886.678 | -1.097.778 | -2.846.739 | -7.717.243 | -7.284.335 | -3.941.266 | 1.665.260 | 6.916.628 | 6.997.683 | 6.815.288 | 6.069.820 |
| FCFF Descontado | -13.909.160 | -684.823 | -2.370.981 | -1.839.699 | -3.599.239 | -3.248.698 | -498.650 | -469.550 | -1.573.041 | -3.840.088 | -3.440.889 | -1.717.850 | 670.633 | 2.573.645 | 2.405.808 | 2.164.926 | 1.760.626 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro VIII – Fluxos de caixa de Portão

| Portão | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 |
|----------------------|-------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Receita Total | 97.283.973 | 6.485.539 | 6.634.656 | 6.782.009 | 6.968.845 | 7.323.096 | 7.610.294 | 8.142.781 | 8.506.831 | 9.211.169 | 9.349.210 | 9.790.175 | 10.479.387 |
| Deduções de receitas | -7.648.952 | -509.925 | -521.650 | -533.235 | -547.925 | -575.778 | -598.359 | -640.226 | -668.850 | -724.228 | -735.082 | -769.753 | -823.940 |
| Custos e Despesas | -41.261.575 | -4.815.663 | -4.167.737 | -3.066.950 | -2.999.340 | -2.994.378 | -3.300.881 | -3.162.198 | -3.136.151 | -3.446.589 | -3.289.916 | -3.302.512 | -3.579.259 |
| EBITDA | 48.373.446 | 1.159.950 | 1.945.269 | 3.181.823 | 3.421.580 | 3.752.939 | 3.711.054 | 4.340.358 | 4.701.830 | 5.040.351 | 5.324.212 | 5.717.910 | 6.076.168 |
| IR/CSLL (variável) | -12.718.345 | -280.920 | -532.282 | -934.737 | -984.196 | -1.056.112 | -968.902 | -1.135.281 | -1.210.620 | -1.295.650 | -1.350.223 | -1.439.513 | -1.529.908 |
| Investimentos | -38.592.252 | -229.383 | -1.177.070 | -1.617.162 | -5.764.696 | -6.189.951 | -2.664.233 | -2.626.504 | -2.705.505 | -3.608.965 | -5.295.088 | -4.540.310 | -2.273.386 |
| FCFF | -2.937.152 | 649.647 | 235.917 | 629.925 | -3.327.312 | -3.493.124 | 177.919 | 578.573 | 785.705 | 135.736 | -1.321.098 | -261.913 | 2.272.875 |
| FCFF Descontado | -2.476.346 | 624.459 | 209.526 | 516.915 | -2.522.765 | -2.447.088 | 115.162 | 346.018 | 434.162 | 69.301 | -623.207 | -114.158 | 915.329 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro IX – Fluxos de caixa de Riozinho

| Riozinho | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 | 2033 | 2034 |
|----------------------|-------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Receita Total | 29.937.979 | 14.968.989 | 1.032.411 | 1.048.165 | 1.063.990 | 1.090.795 | 1.164.696 | 1.174.221 | 1.294.898 | 1.369.204 | 1.396.294 | 1.408.855 | 1.461.584 | 1.463.877 |
| Deduções de receitas | -2.353.873 | -1.176.937 | -81.173 | -82.412 | -83.656 | -85.764 | -91.574 | -92.323 | -101.811 | -107.654 | -109.784 | -110.771 | -114.917 | -115.097 |
| Custos e Despesas | -11.315.452 | -5.857.726 | -766.899 | -655.161 | -476.425 | -460.435 | -454.701 | -445.358 | -422.326 | -414.889 | -410.055 | -387.981 | -386.194 | -377.612 |
| EBITDA | 16.268.649 | 8.134.325 | 184.648 | 310.593 | 503.908 | 544.596 | 618.421 | 636.540 | 770.760 | 846.661 | 876.455 | 910.103 | 960.472 | 971.167 |
| IR/CSLL (variável) | -4.273.289 | -2.136.644 | -44.719 | -84.987 | -148.035 | -156.650 | -174.030 | -166.191 | -201.603 | -217.997 | -225.298 | -230.803 | -241.804 | -244.526 |
| Investimentos | -1.211.820 | -605.910 | -382.423 | -17.706 | -7.886 | -26.588 | -51.044 | -366 | -363 | -15.283 | -18.025 | -8.163 | -26.824 | -51.239 |
| FCFF | 10.783.541 | 5.391.771 | -242.493 | 207.899 | 347.987 | 361.358 | 393.348 | 469.983 | 568.794 | 613.381 | 633.132 | 671.137 | 691.844 | 675.400 |
| FCFF Descontado | 5.966.717 | 2.983.359 | -233.091 | 184.642 | 285.557 | 273.981 | 275.558 | 304.207 | 340.170 | 338.940 | 323.251 | 316.598 | 301.549 | 271.996 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro XV – Fluxos de caixa de Sapucaia do Sul

| Sapucaia do Sul | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 | 2032 |
|----------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Total | 2.795.410.881 | 64.797.633 | 66.771.910 | 70.480.612 | 74.310.953 | 78.485.262 | 74.418.526 | 78.594.312 | 82.509.860 | 86.155.401 | 86.891.272 | 90.825.013 |
| Deduções de receitas | -219.789.181 | -5.094.714 | -5.249.941 | -5.541.538 | -5.842.699 | -6.170.904 | -5.851.157 | -6.179.478 | -6.487.338 | -6.773.968 | -6.831.826 | -7.141.117 |
| Custos e Despesas | -1.397.565.937 | -50.746.952 | -44.761.042 | -34.688.231 | -35.628.754 | -37.267.396 | -38.579.239 | -38.567.589 | -39.849.089 | -41.346.246 | -39.338.730 | -39.379.273 |
| EBITDA | 1.178.056.763 | 8.955.967 | 16.760.927 | 30.250.842 | 32.839.500 | 35.046.963 | 29.988.130 | 33.847.245 | 36.173.433 | 38.035.187 | 40.720.716 | 44.304.623 |
| IR/CSLL (variável) | -272.946.678 | -2.168.985 | -4.586.277 | -8.886.913 | -9.446.075 | -9.862.545 | -7.829.460 | -8.853.221 | -9.313.879 | -9.777.157 | -10.326.793 | -11.153.918 |
| Investimentos | -330.844.678 | -10.395.280 | -15.997.600 | -18.189.300 | -14.438.348 | -13.023.757 | -12.238.705 | -35.634.163 | -75.308.366 | -61.749.947 | -20.885.499 | -3.756.612 |
| FCFF | 574.264.408 | -3.608.298 | -3.822.950 | 3.174.630 | 8.955.077 | 12.160.660 | 9.919.965 | -10.640.139 | -48.448.813 | -33.491.917 | 9.508.424 | 29.394.093 |
| FCFF Descontado | 107.593.048 | -3.468.396 | -3.395.292 | 2.605.098 | 6.789.730 | 8.519.080 | 6.420.931 | -6.363.375 | -26.771.685 | -17.099.559 | 4.485.448 | 12.811.785 |

| Sapucaia do Sul | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 | 2043 | 2044 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Total | 91.487.193 | 92.129.537 | 92.751.553 | 93.353.688 | 87.604.919 | 88.129.028 | 88.635.151 | 89.122.053 | 89.591.159 | 84.623.816 | 85.033.751 | 85.428.688 |
| Deduções de receitas | -7.193.181 | -7.243.685 | -7.292.591 | -7.339.934 | -6.887.937 | -6.929.145 | -6.968.939 | -7.007.221 | -7.044.105 | -6.653.548 | -6.685.779 | -6.716.831 |
| Custos e Despesas | -38.724.124 | -39.357.271 | -39.392.278 | -40.260.726 | -40.585.262 | -40.673.071 | -40.808.822 | -40.989.809 | -41.145.916 | -41.275.315 | -41.497.680 | -41.812.287 |
| EBITDA | 45.569.888 | 45.528.581 | 46.066.684 | 45.753.029 | 40.131.720 | 40.526.812 | 40.857.390 | 41.125.023 | 41.401.138 | 36.694.954 | 36.850.293 | 36.899.571 |
| IR/CSLL (variável) | -11.473.962 | -11.791.075 | -11.806.785 | -11.536.832 | -9.615.542 | -9.439.226 | -9.352.205 | -9.687.913 | -9.717.366 | -8.074.112 | -8.271.838 | -8.217.608 |
| Investimentos | -3.112.781 | -2.856.409 | -3.560.587 | -3.729.083 | -2.547.478 | -2.256.030 | -2.375.402 | -3.020.915 | -3.493.606 | -2.407.788 | -2.150.858 | -1.633.366 |
| FCFF | 30.983.145 | 30.881.097 | 30.699.332 | 30.487.114 | 27.968.700 | 28.831.556 | 29.129.782 | 28.416.195 | 28.190.166 | 26.213.056 | 26.427.597 | 27.048.397 |
| FCFF Descontado | 12.477.496 | 11.490.713 | 10.554.448 | 9.684.457 | 8.208.874 | 7.818.649 | 7.298.830 | 6.578.612 | 6.030.014 | 5.180.726 | 4.825.952 | 4.563.722 |

| Sapucaia do Sul | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | 2049 | 2050 | 2051 | 2052 | 2053 | 2054 | 2055 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Receita Total | 85.808.396 | 86.173.509 | 80.224.719 | 80.537.230 | 80.838.089 | 81.125.539 | 81.399.912 | 73.988.602 | 74.193.061 | 74.405.306 | 74.605.228 |
| Deduções de receitas | -6.746.685 | -6.775.392 | -6.307.669 | -6.332.240 | -6.355.895 | -6.378.495 | -6.400.068 | -5.815.781 | -5.833.429 | -5.850.117 | -5.865.836 |
| Custos e Despesas | -41.958.805 | -42.051.368 | -42.224.503 | -42.393.371 | -42.571.151 | -42.745.575 | -42.910.523 | -43.077.393 | -43.243.821 | -43.405.461 | -44.308.866 |
| EBITDA | 37.102.906 | 37.346.749 | 31.692.548 | 31.811.619 | 31.911.043 | 32.001.468 | 32.089.321 | 25.075.428 | 25.115.810 | 25.149.728 | 24.430.526 |
| IR/CSLL (variável) | -8.212.893 | -8.236.993 | -6.281.739 | -6.261.595 | -6.230.619 | -6.180.482 | -6.141.692 | -3.773.602 | -3.683.168 | -3.626.453 | -3.127.575 |
| Investimentos | -1.953.964 | -2.175.832 | -1.723.896 | -1.588.957 | -1.642.715 | -1.960.091 | -1.007.466 | -1.007.466 | -1.007.466 | -1.007.466 | -1.007.466 |
| FCFF | 26.936.049 | 26.933.924 | 23.686.914 | 23.961.057 | 24.037.708 | 23.860.895 | 24.940.162 | 20.294.359 | 20.425.176 | 20.515.809 | 20.295.485 |
| FCFF Descontado | 4.199.174 | 3.879.556 | 3.152.414 | 2.946.409 | 2.731.068 | 2.504.831 | 2.419.042 | 1.818.745 | 1.691.276 | 1.569.603 | 1.434.673 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN

Quadro II – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Projetados

| DFC | Total | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 |
|-----------------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-----------|-----------|-----------|
| EBIT | 31.813.017 | 291.342 | 660.505 | 1.299.826 | 1.387.100 | 1.462.984 | 1.206.045 | 1.378.084 | 1.474.165 | 1.548.134 | 1.656.888 |
| IR/CSLL | (11.400.505) | (99.056) | (224.572) | (441.941) | (471.614) | (497.415) | (410.055) | (468.549) | (501.216) | (526.365) | (563.342) |
| Depreciação e Amortização (+) | 17.636.822 | 117.672 | 160.211 | 204.530 | 252.477 | 304.599 | 364.535 | 413.250 | 472.468 | 499.538 | 564.488 |
| Investimentos (-) | (14.443.011) | (1.387.750) | (1.428.678) | (1.408.380) | (1.276.377) | (1.091.555) | (948.984) | (857.012) | (954.977) | (966.408) | (815.694) |
| CAPEX Expansão | (11.100.356) | (753.102) | (1.258.362) | (1.230.065) | (1.163.826) | (965.646) | (755.385) | (678.919) | (789.001) | (812.177) | (716.728) |
| CAPEX Manutenção | (2.241.701) | (578.836) | (104.584) | (70.814) | (47.514) | (42.166) | (81.938) | (79.731) | (76.063) | (73.146) | (64.792) |
| CAPEX PPP | (1.100.954) | (55.811) | (65.732) | (107.502) | (65.037) | (83.744) | (111.662) | (98.362) | (89.913) | (81.085) | (34.174) |
| Variação do Capital de Giro (+/-) | 344.683 | 291.998 | (50.387) | (83.507) | (16.828) | (16.061) | 24.467 | (27.427) | (19.449) | (12.613) | (21.499) |
| FCFF | 23.951.007 | (785.794) | (882.921) | (429.472) | (125.242) | 162.552 | 236.006 | 438.347 | 470.991 | 542.286 | 820.840 |
| FCFF Descontado | 4.565.413 | (755.327) | (784.152) | (352.424) | (94.958) | 113.875 | 152.761 | 262.155 | 260.259 | 276.868 | 387.218 |
| FCFF Acumulado | | (785.794) | (1.668.715) | (2.098.187) | (2.223.429) | (2.060.877) | (1.824.871) | (1.386.523) | (915.532) | (373.247) | 447.594 |

| DFC | Total | 2032 | 2033 | 2034 | 2035 | 2036 | 2037 | 2038 | 2039 | 2040 | 2041 | 2042 |
|-----------------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| EBIT | 31.813.017 | 1.752.844 | 1.770.819 | 1.671.601 | 1.575.397 | 1.316.417 | 1.068.905 | 994.204 | 964.028 | 958.070 | 956.657 | 795.248 |
| IR/CSLL | (11.400.505) | (595.967) | (602.079) | (568.344) | (535.635) | (447.582) | (363.428) | (338.029) | (327.769) | (325.744) | (325.263) | (270.384) |
| Depreciação e Amortização (+) | 17.636.822 | 614.404 | 620.391 | 522.933 | 514.501 | 458.613 | 447.908 | 457.107 | 467.913 | 424.707 | 429.138 | 433.586 |
| Investimentos (-) | (14.443.011) | (665.319) | (481.256) | (178.129) | (161.710) | (201.509) | (167.528) | (139.923) | (115.875) | (128.433) | (99.293) | (53.157) |
| CAPEX Expansão | (11.100.356) | (587.779) | (407.981) | (110.851) | (95.485) | (123.741) | (113.311) | (88.935) | (66.549) | (76.580) | (7.285) | (5.726) |
| CAPEX Manutenção | (2.241.701) | (61.576) | (58.423) | (51.409) | (49.457) | (41.513) | (39.392) | (37.238) | (36.363) | (35.490) | (33.275) | (33.192) |
| CAPEX PPP | (1.100.954) | (15.964) | (14.851) | (15.868) | (16.769) | (36.255) | (14.824) | (13.750) | (12.963) | (16.363) | (18.734) | (14.239) |
| Variação do Capital de Giro (+/-) | 344.683 | (18.146) | (2.946) | 24.795 | 13.207 | 39.731 | 32.294 | 8.293 | 2.452 | 6.194 | (381) | 19.581 |
| FCFF | 23.951.007 | 1.087.816 | 1.304.930 | 1.472.855 | 1.405.760 | 1.165.671 | 1.018.151 | 981.652 | 990.748 | 934.795 | 1.000.857 | 924.873 |
| FCFF Descontado | 4.565.413 | 474.138 | 525.520 | 548.043 | 483.301 | 370.284 | 298.830 | 266.208 | 248.244 | 216.414 | 214.088 | 182.791 |
| FCFF Acumulado | | 1.535.410 | 2.840.340 | 4.313.195 | 5.718.955 | 6.884.625 | 7.902.776 | 8.884.428 | 9.875.178 | 10.809.971 | 11.810.828 | 12.735.702 |

| DFC | Total | 2043 | 2044 | 2045 | 2046 | 2047 | 2048 | 2049 | 2050 | 2051 | 2052 |
|-----------------------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EBIT | 31.813.017 | 804.956 | 761.646 | 756.660 | 752.112 | 577.893 | 573.608 | 567.967 | 560.617 | 554.031 | 345.051 |
| IR/CSLL | (11.400.505) | (273.685) | (258.960) | (257.264) | (255.718) | (196.484) | (195.027) | (193.109) | (190.610) | (188.371) | (117.317) |
| Depreciação e Amortização (+) | 17.636.822 | 414.286 | 401.134 | 405.568 | 407.321 | 413.404 | 417.212 | 421.068 | 426.328 | 430.174 | 434.518 |
| Investimentos (-) | (14.443.011) | (62.918) | (59.020) | (61.468) | (65.915) | (84.543) | (46.222) | (45.083) | (61.500) | (41.010) | (44.229) |
| CAPEX Expansão | (11.100.356) | (17.018) | (16.169) | (13.611) | (16.834) | (39.691) | (2.746) | (2.562) | (15.355) | (13.298) | (16.516) |
| CAPEX Manutenção | (2.241.701) | (32.727) | (30.471) | (30.444) | (30.338) | (30.338) | (30.338) | (30.338) | (30.338) | (27.713) | (27.713) |
| CAPEX PPP | (1.100.954) | (13.173) | (12.380) | (17.413) | (18.742) | (14.514) | (13.138) | (12.183) | (15.805) | - | - |
| Variação do Capital de Giro (+/-) | 344.683 | 1.215 | 7.150 | 72 | 360 | 20.963 | 59 | 224 | 263 | 347 | 25.526 |
| FCFF | 23.951.007 | 883.854 | 851.951 | 843.568 | 838.159 | 731.233 | 749.630 | 751.068 | 735.098 | 755.172 | 643.548 |
| FCFF Descontado | 4.565.413 | 161.401 | 143.745 | 131.507 | 120.728 | 97.317 | 92.179 | 85.333 | 77.168 | 73.247 | 57.674 |
| FCFF Acumulado | | 13.619.556 | 14.471.507 | 15.315.076 | 16.153.235 | 16.884.468 | 17.634.098 | 18.385.166 | 19.120.265 | 19.875.436 | 20.518.984 |

| DFC | Total | 2053 | 2054 | 2055 | 2056 | 2057 | 2058 | 2059 | 2060 | 2061 | 2062 |
|-----------------------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| EBIT | 31.813.017 | 334.725 | 327.569 | 270.692 | 154.104 | (197.729) | (229.450) | (246.439) | (257.140) | (271.066) | (515.156) |
| IR/CSLL | (11.400.505) | (113.807) | (111.373) | (92.035) | (52.395) | - | - | - | - | - | - |
| Depreciação e Amortização (+) | 17.636.822 | 441.331 | 444.814 | 448.226 | 453.403 | 459.157 | 466.546 | 480.849 | 488.796 | 500.804 | 536.914 |
| Investimentos (-) | (14.443.011) | (65.933) | (30.459) | (27.423) | (37.119) | (35.993) | (38.750) | (59.105) | (25.751) | (25.570) | (37.053) |
| CAPEX Expansão | (11.100.356) | (38.220) | (2.746) | (2.242) | (13.725) | (12.599) | (15.422) | (35.777) | (2.423) | (2.242) | (13.725) |
| CAPEX Manutenção | (2.241.701) | (27.713) | (27.713) | (25.181) | (23.394) | (23.394) | (23.328) | (23.328) | (23.328) | (23.328) | (23.328) |
| CAPEX PPP | (1.100.954) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Variação do Capital de Giro (+/-) | 344.683 | 446 | 467 | 6.781 | 13.880 | 43.166 | 3.105 | 345 | 354 | 362 | 25.834 |
| FCFF | 23.951.007 | 596.763 | 631.017 | 606.241 | 531.873 | 288.601 | 201.450 | 175.650 | 206.259 | 203.630 | 10.539 |
| FCFF Descontado | 4.565.413 | 49.414 | 48.277 | 42.855 | 34.739 | 16.209 | 11.233 | 9.049 | 9.818 | 8.956 | 428 |
| FCFF Acumulado | | 21.115.747 | 21.746.764 | 22.353.005 | 22.884.877 | 23.153.478 | 23.354.929 | 23.530.579 | 23.736.838 | 23.940.468 | 23.951.007 |

Fonte: Ofício nº 1772/2021 – GP da CORSAN